



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Semana traz dados de crédito, mercado de trabalho e atividade no Brasil. Nos EUA, destaque para o payroll e números de inflação

- A agenda econômica é movimentada no Brasil nesta semana. O Banco Central divulga na terça-feira (29) os dados de crédito de agosto, que devem mostrar resiliência do segmento, apesar do elevado nível da taxa Selic.** Segundo a Pesquisa Especial de Crédito da Febraban, o saldo da carteira de crédito total deve crescer 0,8% em agosto, acumulando alta de 9,7% em 12 meses (ante 9,5%). De todo modo, o mercado de crédito segue liderado pelas operações com recursos direcionados, beneficiadas pelos estímulos governamentais, sobretudo na carteira de empresas. As páginas [9 e 10](#) trazem mais detalhes da pesquisa.
- A semana também é marcada pela leitura dos dados de emprego da Pnad, na terça (29), e pelos dados de criação de vagas no mercado formal, na quarta (30).** A taxa de desemprego deve permanecer estável em 5,3%, mantendo-se em patamar historicamente baixo. Para o emprego formal, o consenso projeta criação líquida de 103,6 mil vagas em agosto, acima das 58,6 mil de julho, quando o resultado frustrou a expectativa de 115 mil, mas ainda abaixo do registrado em ago/25 (152,3 mil). Apesar dos números ainda positivos, os indicadores têm mostrado sinais de acomodação, com menor ritmo de geração de vagas e alguma moderação dos rendimentos. Nesse contexto, as divulgações serão importantes para avaliar se a perda de dinamismo observada recentemente configura uma tendência mais persistente ou apenas um ajuste após um período prolongado de expansão do emprego e da renda.
- A produção industrial deve avançar apenas 0,1% em agosto, seguindo mostrando baixo dinamismo.** Esta deve ser a segunda alta seguida do indicador, após números bastante fracos nos meses de maio e junho. Caso o indicador siga o consenso, a produção industrial terá acumulado crescimento de 1% no ano até ago/26, ante mesmo período em 2025, acumulando um crescimento de 0,7% em 12 meses. De toda forma, o resultado não deve alterar a perspectiva de retração do setor no 3T26, dado o carregamento estatístico negativo deixado pelo trimestre anterior. Destaque para a fraqueza da indústria de transformação, diante das condições financeiras ainda restritivas e da demanda doméstica menos aquecida. O resultado será divulgado pelo IBGE na sexta (2).
- Também serão conhecidos os dados fiscais, com a divulgação do resultado primário do Governo Central pelo Tesouro Nacional, na terça-feira (29), e das estatísticas fiscais do setor público consolidado pelo Banco Central, na quarta-feira (30).** Para o Governo Central, a expectativa é de déficit de R\$ 15,6 bilhões em agosto, revertendo o superávit de R\$ 10,8 bilhões registrado em julho. Caso a projeção se confirme, o déficit acumulado de 12 meses deve atingir R\$ 71,2 bilhões, influenciado pela maior concentração das despesas discricionárias no primeiro semestre. Já os dados do setor público consolidado devem seguir indicando trajetória de alta da dívida pública, em um contexto de déficit nominal ainda elevado. A expectativa é de que a Dívida Bruta do Governo Geral alcance 83,0% do PIB em agosto (ante 82,5% em julho e 78,6% no fim de 2025).
- Hoje cedo, o Banco Central divulgou que a balança de transações correntes registrou déficit de US\$ 5,1 bi em agosto, superior ao resultado de ago/25 (US\$ 4,4 bi).** A piora refletiu a ampliação do déficit na balança de serviços e rendas, enquanto a balança comercial apresentou melhora no período. Em 12 meses, o déficit externo subiu para US\$ 63,0 bi, ou 2,5% do PIB (ante US\$ 61,8 bi), mas se mantém financiado pela entrada de investimento direto no país (IDP), que ficou em US\$ 86,6 bi (3,4% do PIB).
- Nos EUA, os agentes estarão atentos aos dados do mercado de trabalho e de atividade, após as prévias dos índices PMI sugerirem uma aceleração da economia neste 3T26.** Na sexta-feira (2), será divulgado o payroll de setembro, que deve mostrar geração de 90 mil vagas no mês, abaixo do registrado em agosto (162 mil). A taxa de desemprego deve ficar estável em 4,1%, mantendo-se, ainda assim, em patamar historicamente baixo. Antes disso, na quarta (30), serão conhecidos os dados de renda e gastos pessoais, que devem seguir em alta, mantendo a percepção de dinamismo do consumo das famílias, um dos principais vetores de expansão da economia norte-americana.



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

- A semana também traz números de inflação, com a divulgação do deflator de gastos pessoais (índice PCE) na quarta (30).** A expectativa é de alta de 0,3% no mês, permanecendo estável em 3,7% no acumulado de 12 meses. Ainda que em menor patamar, o núcleo (sem alimentos e energia) também deve permanecer pressionado em 3,3% em 12 meses. Caso se confirme, a publicação deve reforçar as apostas em uma nova alta dos juros pelo Fed na reunião de outubro (dia 28).
- Na Zona do Euro, a prévia do CPI de setembro deve mostrar que a inflação da região segue pressionada.** O consenso do mercado estima alta de 0,5% no período, com efeito do novo repique do preço do petróleo sobre a energia e os combustíveis. Em 12 meses, o CPI deve acelerar de 3,2% para 3,7%, ampliando as apostas em uma nova elevação dos juros pelo BCE em dezembro. O indicador será conhecido na sexta (2).
- Na China, a semana traz os índices PMI de setembro, que devem seguir apontando certa moderação da atividade do país.** Os dados serão publicados nesta terça (29) e devem mostrar que a manufatura segue com maior dinamismo, apoiada pelas exportações, enquanto o setor de serviços mostra maior fragilidade, em função da falta de tração da demanda interna.



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
28/set	BCB: Estatísticas do Setor Externo	Ago/26	US\$ -4,9 bi	US\$ -8,1 bi
28-29/set	FGV: Sondagens de Confiança	Set/26	-	-
29/set	BCB: Estatísticas de Crédito	Ago/26	0,8% m/m* 9,7% a/a*	0,3% m/m 9,5% a/a
29/set	IBGE: PNAD Contínua (Taxa de Desemprego)	Ago/26	5,3%	5,3%
29/set	FGV: IGP-M	Set/26	1,54% m/m 3,31% a/a	-0,22% m/m 2,16% a/a
29/set	Tesouro: Resultado Primário do Governo	Ago/26	R\$ -15,6 bi	R\$ - 47,9 bi
30/set	Caged: Geração de Vagas Formais de Trabalho	Ago/26	103,6 mil	58,6 mil
30/set	BCB: Estatísticas Fiscais	Ago/26	R\$ -15,6 bi	R\$ 1,4 bi
02/out	Fenabreve: Emplacamento de Veículos	Set/26	-	22,1% a/a
02/out	IBGE: Produção Industrial (PIM)	Ago/26	0,1% m/m -0,1% a/a	0,2% m/m -0,5% a/a

Fonte: Bloomberg. *Pesquisa Especial de Crédito da Febraban

INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
29/set	China	PMI Manufatura e Serviços (RatingDog)	Set/26	51,7 pts / 51,3 pts	51,5 pts / 51,4 pts
29/set	Zona do Euro	Confiança do Consumidor	Set/26- final	-16,5 pts	-15,5 pts
29/set	EUA	Confiança do Consumidor (<i>Conference Board</i>)	Set/26	89,1 pts	89,4 pts
30/set	EUA	Rendas e Gastos Pessoais	Ago/26	0,4% m/m 0,9% m/m	0,4% m/m 0,2% m/m
30/set	EUA	Deflator de Gastos Pessoais (Índice PCE)	Ago/26	0,3% m/m 3,7% a/a	0,2% m/m 3,7% a/a
30/set	EUA	PIB	2ºtri/26 - final	1,5% t/t-1 (anualizado)	2,1% t/t-1 (anualizado)
30/set	EUA	Estoques no atacado	Ago/26 - prévia	0,5% m/m	1,3% m/m
01/set	Zona do Euro	PMI Manufatura	Set/26 - final	52,7 pts	52,7 pts
01/set	EUA	ISM / PMI Manufatura	Set/26 - final	55,0 pts / 57,0 pts	54,6 pts / 53,9 pts
02/out	EUA	Dados do Mercado de Trabalho Geração de Vagas / Taxa de Desemprego	Set/26	90 mil / 4,1%	162 mil / 4,1%
02/out	Zona do Euro	Inflação ao Consumidor (CPI)	Set/26 - prévia	0,5% m/m 3,7% a/a	0,4% m/m 3,2% a/a

Fonte: Bloomberg.



ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

BC reconhece desaceleração da economia, mas mantém cautela com inflação

O Banco Central divulgou, na última terça-feira (22), a Ata da reunião do Copom que reduziu a taxa Selic em 0,25 p.p., para 13,75% a.a. No geral, o documento trouxe poucas novidades em relação ao comunicado e manteve em aberto os próximos passos da política monetária. O Comitê reiterou que a magnitude do ciclo de calibração será ajustada conforme a evolução do cenário.

Na avaliação da atividade, o Copom reforçou a percepção de desaceleração, passando a afirmar que a economia mantém trajetória de moderação, principalmente nos setores mais cíclicos. A leitura do PIB do 2T26 confirmou que o movimento foi mais intenso justamente nas atividades e nos componentes da demanda mais sensíveis ao ciclo. Essa percepção foi corroborada pelo Relatório de Política Monetária (RPM), publicado na quinta-feira (24), que revisou a projeção de crescimento do PIB em 2026 de 2,0% para 1,8%, além de apresentar a primeira estimativa para 2027, de 1,4%. O documento também atualizou o hiato do produto, indicador que mede a diferença entre o nível observado da atividade e seu potencial, estimado em 0,5% no 2T26. Embora ainda opere acima do potencial, a estimativa é que o hiato siga em trajetória de queda, com a projeção apontando hiato negativo de 0,4% no 1T28.

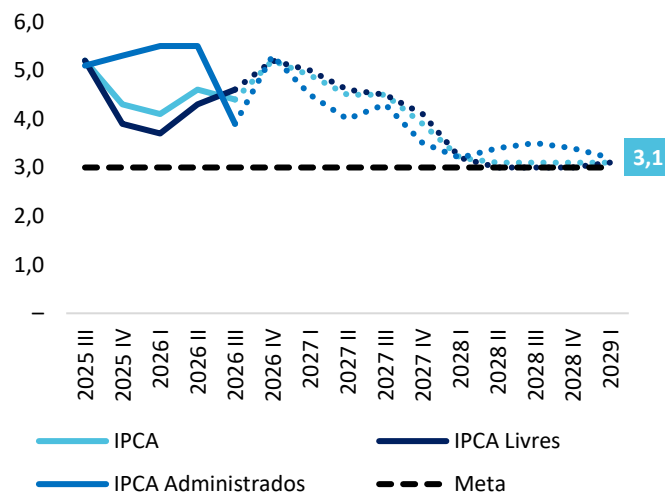
No campo da inflação, o Comitê observou que o índice cheio e a média das medidas subjacentes desaceleraram e se situam abaixo do limite superior do intervalo de tolerância, embora ainda acima da meta. Em sentido oposto, notou que os preços ao produtor voltaram a acelerar. Adicionalmente, apontou que as expectativas de inflação seguem desancoradas em todos os horizontes, reforçando a conclusão de que, nesse ambiente, "exige-se uma restrição monetária maior e por mais tempo do que outrora seria apropriado".

Quanto às projeções, o cenário de referência aponta IPCA de 5,2% em 2026 e 3,9% em 2027, com 3,2% no 1T28, atual horizonte relevante. Vale notar que, a partir da próxima reunião, o horizonte se desloca para o 2T28, cuja projeção é de 3,1%, ainda levemente acima da meta de 3,0%.

A Ata também detalhou a transmissão da política monetária pelo mercado de crédito. A evolução do crédito livre é consistente com o quadro de desaceleração, com redução mais evidente nas modalidades de longo prazo, mais sensíveis às condições financeiras.

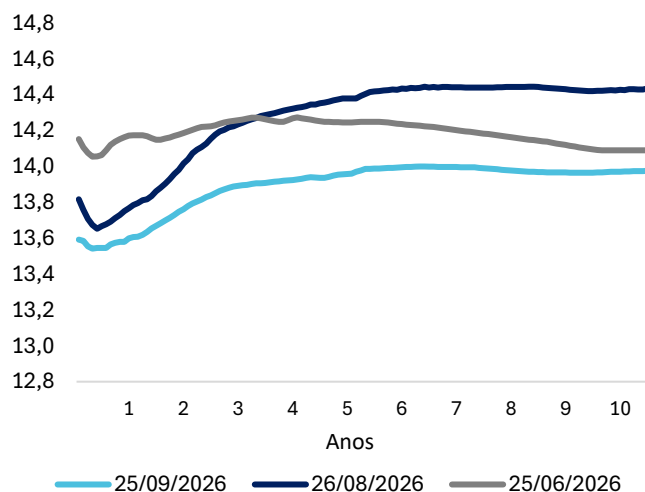
INDICADORES ECONÔMICOS

Quadro 1: IPCA – Projeção BCB
Var.% no ano



Fonte: RPM do 3T26/BCB.

Quadro 2: Curva de Juros – Pré-DI
% a.a.



Fonte: BCB

Já as operações com recursos direcionados mantiveram trajetória de expansão, sustentadas pelo crédito imobiliário às famílias e pelos fundos garantidores às empresas.

Por fim, o Comitê reiterou que não deve reagir aos impactos primários dos choques de oferta, mas que vai monitorar eventuais efeitos de segunda ordem, reagindo com firmeza caso se materializem, tema aprofundado em dois boxes do RPM. Assim, a combinação entre desaceleração da atividade, moderação da inflação corrente e elevado grau de restrição monetária abriu espaço para a redução da Selic. Por outro lado, a assimetria altista do balanço de riscos, as expectativas desancoradas e a projeção de inflação acima da meta no horizonte relevante reforçam a necessidade de cautela na condução da política monetária.

O IPCA-15 subiu 0,70% em setembro, acima da mediana das expectativas (+0,55%) e revertendo a deflação de 0,40% registrada em agosto. No acumulado em 12 meses, o índice acelerou de 4,24% para 4,47%, aproximando-se novamente do teto da meta (4,50%).

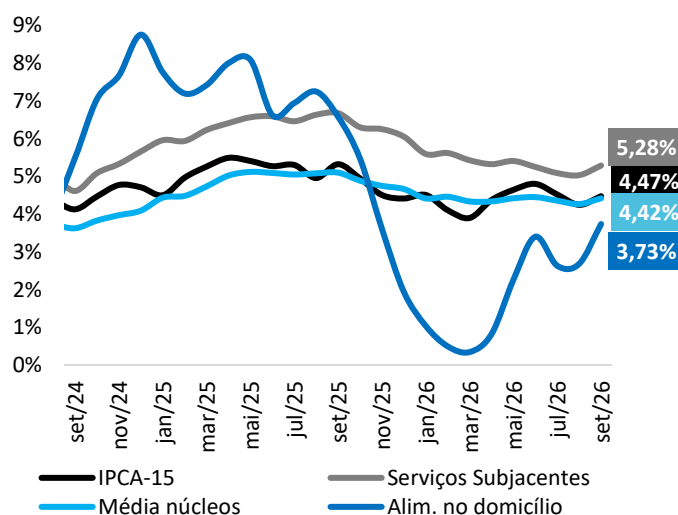
A leitura confirmou a reversão do alívio observado no mês anterior, com alta nos nove grupos pesquisados. O maior impacto veio de habitação (+2,07%), pressionada pela energia elétrica residencial (+7,42%). O movimento decorre do fim da incorporação do Bônus de Itaipu, creditado nas faturas de agosto e de caráter temporário.

O grupo despesas pessoais (+0,96%) registrou a maior variação, influenciado pelo reajuste do cigarro (+14,00%), decorrente do aumento do IPI sobre o produto. Já transportes avançou 0,60%, refletindo a alta das passagens aéreas (+9,82%) e dos combustíveis (+0,22%). Em alimentação e bebidas (+0,40%), a alimentação no domicílio voltou a subir (+0,38%), após recuo de 0,97% em agosto, interrompendo duas deflações consecutivas. O movimento foi puxado pelos preços das carnes (+1,30%) e tubérculos (+4,66%).

No acumulado de 12 meses, as principais métricas que compõem o IPCA mostraram deterioração. O destaque negativo ficou por conta da inflação de serviços, que acelerou de 5,50% para 6,00%, com o núcleo do segmento passando de 5,03% para 5,28%, ambos em patamares elevados. Os alimentos também aceleraram, de 2,68% para 3,73%, enquanto os bens industriais passaram de 2,70% para 2,95%. Nesse contexto, a média dos núcleos subiu de 4,26% para 4,42%, também se aproximando do teto do intervalo de tolerância em relação à meta de 3,0%.

Quadro 3: IPCA-15 – Var.% mensal


Fonte: IBGE

Quadro 4: IPCA-15 – Principais Componentes Var.% 12 meses


Fonte: IBGE. Elaboração Febraban

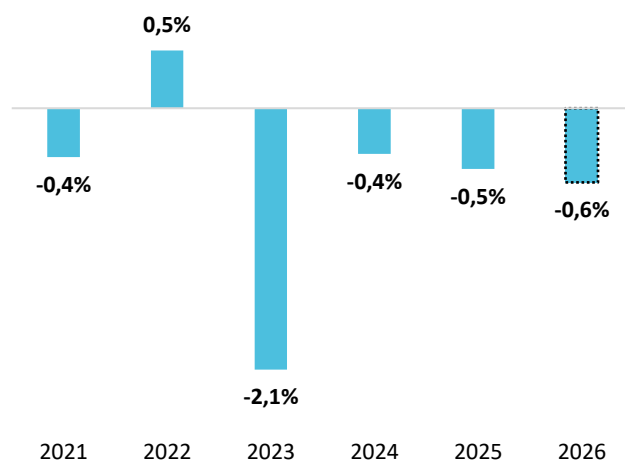
Portanto, o IPCA-15 de setembro veio acima do esperado e confirmou as duas reversões que já se antecipavam: o fim do efeito temporário do Bônus de Itaipu na conta de luz e a retomada da inflação de alimentos, em linha com a pressão já observada nos índices do atacado e com os efeitos esperados do *El Niño*. Mais relevante para a leitura prospectiva, contudo, é a aceleração da inflação de serviços e da média dos núcleos, de alta relevância para a condução da política monetária. Em suma, o resultado reforça a cautela sinalizada pelo Copom e adiciona argumentos em favor de uma interrupção do ciclo de cortes já na reunião de novembro, embora a maioria do mercado ainda espere um novo corte de 0,25 pp no encontro.

O Governo Federal publicou o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 4º bimestre de 2026, que trouxe uma revisão relevante das projeções para o resultado fiscal, com ampliação do déficit e contingenciamento de R\$ 13,6 bi. De modo geral, a nova avaliação incorporou parâmetros mais próximos das expectativas de mercado, como a redução da projeção do crescimento do PIB de 2,27% para 2,02%, embora ainda ligeiramente acima do consenso (1,88% no Focus).

Em relação ao relatório do 3º bimestre, a projeção de déficit primário passou de R\$ 52,0 bilhões para R\$ 80,9 bilhões, uma piora de R\$ 28,9 bilhões. Apesar da revisão do resultado, o governo anunciou o desbloqueio de R\$ 15,5 bilhões em despesas, favorecido, principalmente, pela redução das estimativas para os gastos previdenciários. O bloqueio é utilizado para compatibilizar a execução orçamentária com o limite de crescimento das despesas estabelecido pelo arcabouço fiscal. Parte do espaço aberto pelo desbloqueio, contudo, foi compensada pela necessidade de contingenciamento de R\$ 13,6 bilhões. Diferentemente do bloqueio, o contingenciamento busca assegurar o cumprimento da meta de resultado primário. Esta foi a primeira avaliação do ano em que o instrumento se tornou necessário para o cumprimento do limite inferior da meta fiscal, após consideradas as deduções autorizadas, que somam R\$ 67,3 bilhões.

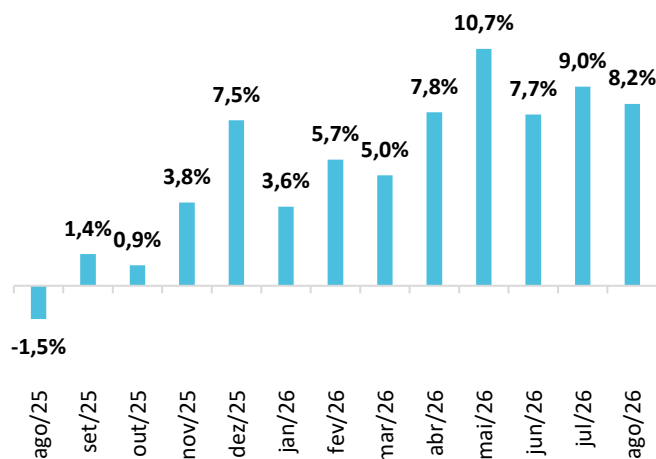
Pelo lado das receitas, ao incorporar parâmetros mais próximos aos observados no mercado, o governo reduziu a estimativa de arrecadação. Além disso, algumas das medidas tributárias apresentaram desempenho inferior ao previsto, entre elas o aumento do Imposto de Importação sobre bens de informática e as medidas compensatórias associadas à tributação de dividendos, adotadas em contrapartida à ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para rendimentos mensais de até R\$ 5 mil.

Quadro 5: Resultado Primário do Governo Federal Realizado e Projeção para 2026*



Fonte: Tesouro Nacional. *Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 4º bimestre

Quadro 6: Arrecadação Federal de Impostos Var.% real ante o mesmo mês do ano anterior



Fonte: IBGE.

Em sentido oposto, as frustrações foram parcialmente compensadas por receitas extraordinárias, como o Imposto de Exportação sobre o óleo bruto. Em conjunto, as revisões reduziram em R\$ 6,8 bilhões a projeção de receita líquida frente ao relatório anterior. Ainda assim, os dados mais recentes seguem mostrando desempenho favorável da arrecadação.

Segundo o relatório mensal da Receita Federal, a arrecadação alcançou R\$ 235,6 bilhões em agosto, com crescimento real de 8,25% em relação a ago/25. No acumulado do ano, a alta real chegou a 7,12%. Portanto, apesar dos sinais de desaceleração da atividade econômica, a arrecadação segue apresentando expansão bastante superior ao crescimento da economia.

Do lado das despesas, a projeção aumentou R\$ 22,1 bilhões em relação à avaliação do 3º bimestre, refletindo altas tanto nas despesas obrigatórias quanto nas discricionárias, estas últimas influenciadas pelo desbloqueio de recursos. A projeção de créditos extraordinários aumentou R\$ 20,1 bilhões, refletindo as medidas de subvenção aos combustíveis adotadas para mitigar o repasse da alta do petróleo aos preços domésticos. Também houve elevação de R\$ 6,2 bilhões nas despesas obrigatórias sujeitas a controle de fluxo, dos quais R\$ 5,8 bilhões estão associados ao reajuste do Bolsa Família previsto até o fim do ano. Em sentido contrário, a estimativa para os benefícios previdenciários foi reduzida em R\$ 11,5 bilhões. A revisão ocorreu em um contexto de redução da fila do INSS sem pressão equivalente sobre as concessões de benefícios, diante de um percentual de indeferimentos superior ao padrão histórico. Houve, ainda, redução das projeções de despesas com pessoal (R\$ 4,5 bilhões) e com o Benefício de Prestação Continuada (R\$ 1,8 bilhão).

Em resumo, o relatório trouxe uma piora relevante da projeção fiscal, influenciada tanto pela redução da receita líquida quanto pelo aumento das despesas. Parte da elevação dos gastos está associada às medidas de subvenção aos combustíveis, enquanto, pelo lado das receitas, o Imposto de Exportação sobre o óleo bruto tem contribuído para compensar parcialmente as frustrações em outras rubricas.

Apesar do desbloqueio de despesas, a revisão tornou necessário um contingenciamento de R\$ 13,6 bilhões para assegurar o cumprimento do limite inferior da meta fiscal. Por ora, o cenário-base segue apontando para o cumprimento da meta, mas com redução da margem disponível. À frente, o desempenho da arrecadação deve permanecer como um dos principais pontos de atenção, especialmente diante da expectativa de moderação adicional da atividade econômica no segundo semestre de 2026, movimento que, até o momento, ainda não se refletiu de forma mais evidente nas receitas do governo.

Quadro 7: Orçamento Federal – Reavaliação do 4º bimestre

Discriminação	LOA 2026	Avaliação 4º Bimestre (a)	Expectativas de Mercado* (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
1. Receita Primária Total	3.198.061,3	3.221.516,5	3.202.083,9	-19.432,6
3. Receita Líquida	2.590.594,3	2.586.787,4	2.581.398,5	-5.388,9
4. Despesas Primárias	2.613.510,2	2.667.724,2	2.625.000,0	-42.724,2
5. Resultado Primário (3) - (4)	-22.915,9	-80.936,8	-52.271,0	28.665,8
5.1. Déficit Público/PIB (%)	-0,17%	-0,59%	-0,38%	0,21%
6. Dedução EC 136, ADPF 1236 e LCs 221 e 223	57.836,1	67.291,4	67.291,4	
7. Resultado Primário após Dedução (5) + (6)	34.920,1	-13.645,4	15.020,4	28.665,8
8. Centro da Meta de Resultado Primário	34.264,6	34.264,6	34.127,0	-137,6
8.1. Meta de Resultado Primário/PIB (%)	0,25%	0,25%	0,25%	
9. Limite Inferior da Meta de Resultado Primário	0,0	0,0	0,0	0,0
10. Espaço (+) / Ajuste (-) para o Centro da Meta (7) - (8)	655,5	-47.910,0	-19.106,6	28.803,4
11. Espaço (+) / Ajuste (-) para o Limite Inferior da Meta (7) - (9)	34.920,1	-13.645,4	15.020,4	28.665,8

* Prisma Fiscal – set/26

Fonte: Ministério do Planejamento e Orçamento, Ministério da Fazenda

Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

PMIs surpreendem nos EUA e elevam apostas em nova alta dos juros pelo Fed

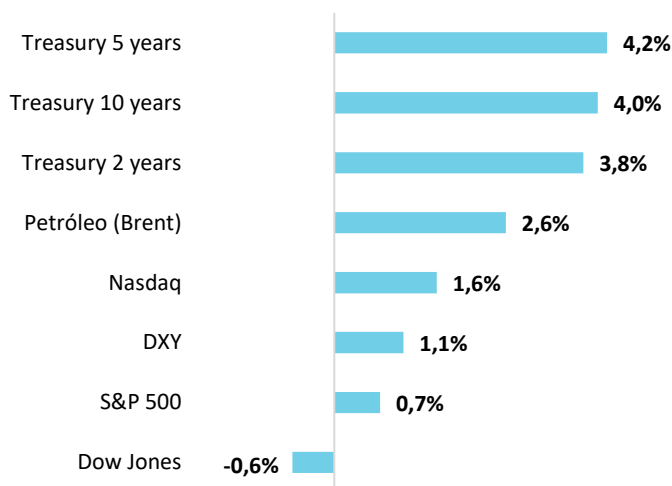
A semana foi marcada pela retomada das negociações entre EUA e Irã, embora a manutenção de uma retórica hostil tenha limitado o otimismo dos mercados. Inicialmente, a perspectiva de acordo reduziu o prêmio de risco sobre a oferta de energia, levando à queda do petróleo e à alta das bolsas norte-americanas. Contudo, as dúvidas sobre o avanço efetivo das tratativas voltaram a pressionar o preço da *commodity* ao longo da semana. Adicionalmente, a prévia dos PMIs acima da expectativa do mercado reforçou os sinais de resiliência da atividade e a expectativa de novas elevações dos juros, pressionando novamente os rendimentos das *Treasuries*, que voltaram a atingir níveis recordes. A combinação entre a retomada da alta do petróleo e a elevação dos juros longos levou os índices acionários a perderem fôlego, encerrando a semana próximos da estabilidade.

Nos EUA, as prévias de setembro dos índices PMIs superaram as expectativas de forma relevante e sugeriram uma reaceleração da atividade no 3T26. O PMI da manufatura subiu de 53,9 pts para 57,0 pts, maior patamar desde mai/22, acompanhado por aceleração das novas encomendas. O PMI de serviços, por sua vez, avançou de 56,5 pts para 58,7 pts no período, refletindo a força da demanda doméstica. Após as divulgações, a probabilidade atribuída pelo mercado para uma nova alta do juro pelo Fed na reunião de outubro saltou para 66% (ante 57% na semana anterior), segundo a plataforma CME Group.

Ainda nos EUA, o índice de confiança do consumidor da Universidade de Michigan atingiu 48,1 pts em setembro, superando o consenso de mercado (47,5 pts). No entanto, o resultado foi o menor em quatro meses, em um contexto de maior preocupação dos consumidores com a inflação e com as perspectivas para a economia norte-americana, diante da nova escalada dos preços dos combustíveis.

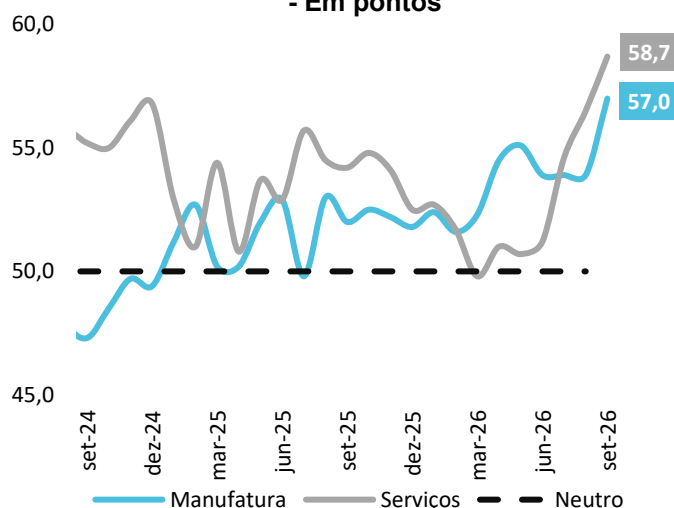
Na Zona do Euro, as prévias do PMI também surpreenderam positivamente. Na manufatura, o índice ficou em 52,7 pts, ligeiramente acima do consenso (52,6 pts), com destaque para o avanço das novas encomendas para exportação. O índice dos serviços, por sua vez, subiu de 51,6 pts para 53,0 pts, maior patamar desde dez/25. Por outro lado, a prévia do índice de confiança do consumidor da Zona do Euro recuou para -16,5 pts em setembro, ante -15,5 pts. O resultado sugere uma deterioração da percepção dos consumidores, em meio às incertezas relacionadas ao conflito no Oriente Médio e à aceleração da inflação, pressionada sobretudo pelos preços de energia.

Quadro 8: Indicadores de mercado
Var.% semanal



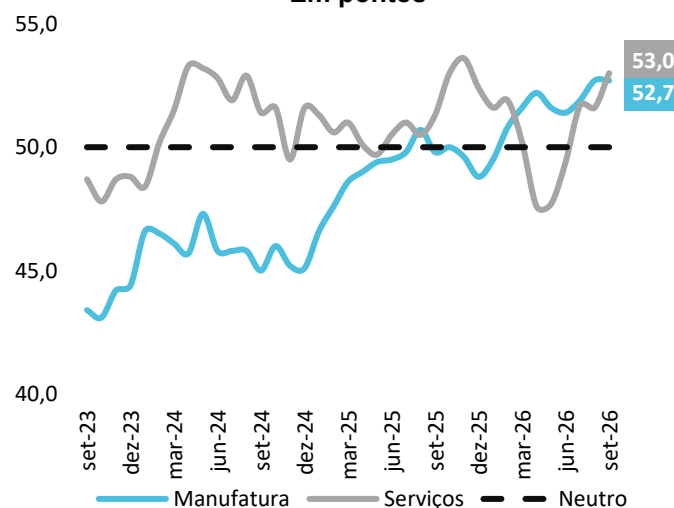
Fonte: Bloomberg.

Quadro 9: EUA – PMI Manufatura e Serviços
- Em pontos



Fonte: Bloomberg.

Quadro 10: Zona do Euro – PMI Manufatura e Serviços
- Em pontos



Fonte: Bloomberg.

Pesquisa Especial de Crédito da Febraban

CRÉDITO / BANCOS

Crédito total deve crescer 0,8% em agosto, com alta anual ficando em 9,7%

O saldo da carteira de crédito total deve crescer 0,8% em agosto, com a expansão anual apresentando ligeira aceleração, de 9,5% para 9,7%, mostrando sinais de resiliência. De todo modo, o mercado de crédito segue liderado pelas operações com recursos direcionados, beneficiadas pelos estímulos governamentais, sobretudo na carteira de empresas.

A carteira destinada às famílias deve avançar 0,8% no mês, com alta estimada de 10,7% em 12 meses (ante 10,8%). O avanço deve ser liderado pelas linhas com recursos livres (+0,9%), mas com uma composição que gera alguma cautela, dado que a Pesquisa captou maiores altas no crédito pessoal e nas linhas rotativas, sugerindo um cenário de continuidade da pressão no orçamento das famílias.

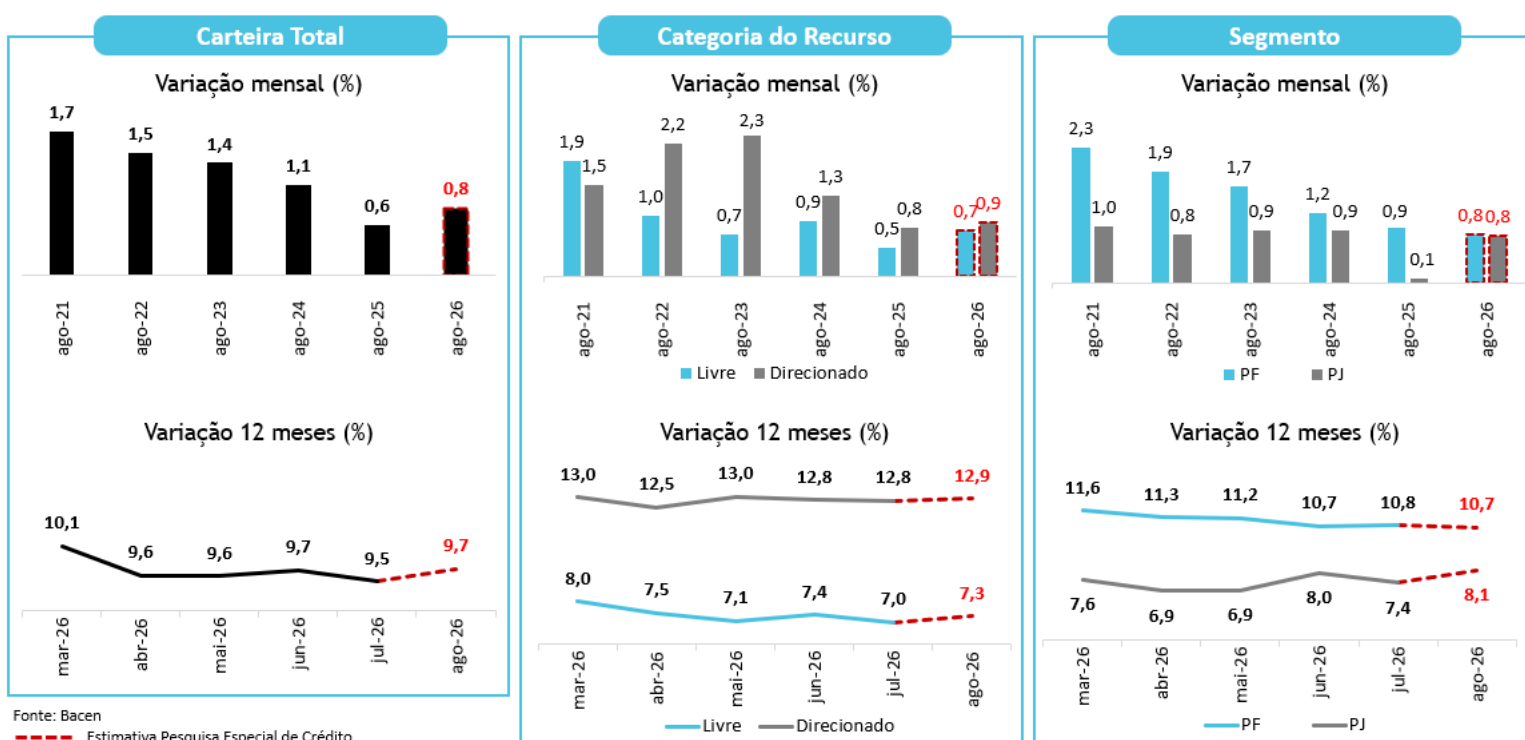
Entre os recursos direcionados (+0,7%), a alta segue sustentada pelo crédito imobiliário, enquanto o crédito rural continua com

números contidos no início do Plano Safra 2026/27. Em 12 meses, as aberturas seguem com níveis de expansão em dois dígitos: PF Livre em 11,0% (ante +10,8%) e PF Direcionado em 10,3% (ante +10,7%).

A carteira destinada às empresas também deve crescer 0,8% no mês e acelerar em 12 meses para 8,1% (ante +7,4%). A alta deve ser puxada pela carteira direcionada (+1,2%), que se mantém impulsionada pelos programas governamentais com fundos garantidores.

A carteira com recursos livres, por sua vez, deve avançar 0,5%, mostrando alguma recuperação da linha de capital de giro e desconto de duplicatas após um mês de julho fraco. Em 12 meses, a expansão da carteira PJ Direcionada deve seguir com alta expressiva, de 18,0% (ante 16,8%) e a Livre com crescimento bastante tímido, de apenas 2,0% (ante 1,4%).

Quadro 11: Projeções para o Saldo da Carteira de Crédito – Pesquisa Especial de Crédito



Pesquisa Especial de Crédito da Febraban

As concessões de crédito devem crescer 2,0% em agosto ou 11,7% no dado ajustado por dias úteis. Já na comparação com agosto de 2025 (também por dias úteis), deve-se registrar um avanço de 16,7%.

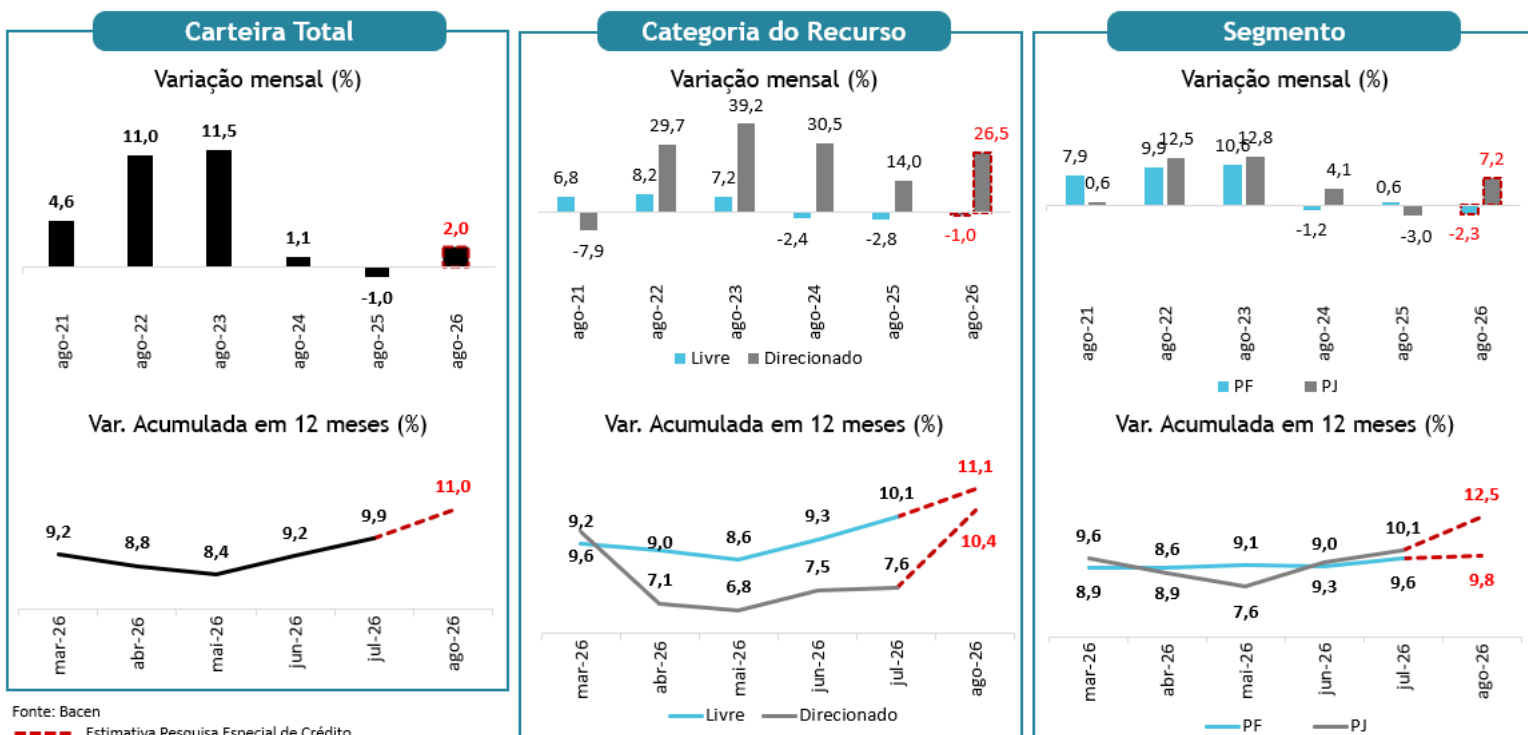
Na comparação anual, as concessões são puxadas pela carteira destinada às empresas (+28,4%), especialmente pelas linhas com recursos livres, ainda com efeito base nas linhas de desconto de recebíveis (majoração do IOF em jun/25), mas também com manutenção do alto nível de concessões nos programas governamentais. Nas concessões às famílias (+8,0%), destaque para o imobiliário e o crédito pessoal (sobretudo consignado privado).

No acumulado de 12 meses, o ritmo de crescimento das concessões totais deve voltar a acelerar, voltando para a faixa de dois dígitos: 11,0% (ante 9,9%). O movimento é puxado pela aceleração da carteira PJ (+12,5%; ante +10,1%).

Portanto, a pesquisa continua indicando um ritmo de expansão elevado do crédito, mesmo diante de uma política monetária ainda restritiva. Contudo, esse crescimento segue liderado pelas linhas com recursos direcionados, refletindo o impulso dos programas governamentais, tanto para as famílias, mas principalmente para as empresas. Adicionalmente, a pesquisa também captou deterioração adicional na qualidade da carteira das famílias, o que reforça a preocupação com a dinâmica da inadimplência.

A divulgação das Estatísticas Monetárias e de Crédito pelo Banco Central está prevista para esta terça (29). Para ver o resultado completo da pesquisa, [clique aqui](#).

Quadro 12: Projeções para as Concessões de Crédito – Pesquisa Especial de Crédito



Projeções para o Mercado de Crédito – RPM (BCB)

CRÉDITO / BANCOS

O Banco Central revisou de forma marginal a projeção para o crescimento da carteira de crédito total de 2026, de 9,0% para 9,1%, segundo o Relatório de Política Monetária (RPM) do 3T26. Apesar de modesta, a revisão das aberturas foi mais significativa, com ajuste para cima nas carteiras com recursos direcionados e para baixo no crédito livre de pessoas físicas.

O ajuste mais significativo ocorreu na carteira com recursos direcionados, cuja projeção subiu de 10,7% para 11,7%. A revisão foi registrada tanto na carteira PF, cuja expectativa subiu de 9,5% para 10,5%, quanto na PJ, em que a expectativa subiu de 13,0% para 14,0%. A carteira PF tem sido impulsionada pelo financiamento habitacional, enquanto a carteira PJ tem se beneficiado dos programas governamentais, com destaque para o Desenrola para Micro e Pequenas Empresas, que flexibilizou as condições de contratação no âmbito do Pronampe.

Entre os recursos livres, a projeção para 2026 recuou de 7,8% para 7,2%. O ajuste veio inteiramente da carteira PF, cuja projeção passou de 10,0% para 9,0%, influenciada pelo desempenho recente abaixo do esperado, em função da cessão de créditos para fora do SFN. Já a projeção da carteira Livre PJ permaneceu estável em 4,5%, com elevação recente do saldo das operações de curto prazo e redução em operações de longo prazo.

Neste Relatório, o BC também divulgou pela primeira vez as projeções para 2027. A estimativa de crescimento da carteira total é de 8,8%, mantendo a trajetória de acomodação gradual observada desde o início de 2025.

Contudo, a trajetória embute um aumento da taxa de crescimento do crédito livre em relação a 2026 (para 7,8%), impulsionada pela dinâmica mais positiva no financiamento às empresas, cuja projeção sobe para 6,0%, enquanto a carteira Livre PF segue em 9,0%. Por outro lado, espera-se moderação no ritmo de expansão da carteira com recursos direcionados (para 10,0%), mas ainda em patamar elevado, com desaceleração em ambos os segmentos: PF (10,0%) e, sobretudo, PJ (10,0%).

Portanto, a despeito da manutenção da taxa agregada de crescimento esperada, as atualizações das projeções reforçam a heterogeneidade do desempenho do crédito neste ano. Em termos reais, o crescimento do saldo de crédito projetado é de 3,7% em 2026 e 4,7% em 2027. Segundo o RPM, esse movimento é consistente com o cenário prospectivo para a atividade econômica doméstica e com os efeitos correntes e defasados da política monetária.

Por fim, o BC atualizou as estimativas de impacto da adoção da Resolução 4.966/2021 sobre o índice de inadimplência da carteira total do SFN. A instituição apontou que cerca de 40% do aumento da inadimplência entre dezembro de 2024 e junho de 2026 decorreu da medida, ante estimativa anterior de 51% (até dez/25). Assim, desconsiderando a medida, a inadimplência atualmente estaria em 4,0% da carteira total (ante 3,1% em dez/24 e 4,9% na série original), igualando o pico da série atingido em mai/17. Essa constatação reforça os sinais de cautela com a qualidade da carteira, apesar das mudanças metodológicas que afetaram o cálculo do índice.

Quadro 13: Projeções de Crédito do BCB
Var.% Anual

	Efetivo		Projeção		
	2025	Jul/26	Anterior	2026	2027
				Atual	Atual
Total	10,4	9,5	9,0	9,1	8,8
Livres	8,7	7,0	7,8	7,2	7,8
PF	13,5	10,8	10,0	9,0	9,0
PJ	2,2	1,4	4,5	4,5	6,0
Direcionados	12,8	12,8	10,7	11,7	10,0
PF	9,9	10,7	9,5	10,5	10,0
PJ	18,6	16,8	13,0	14,0	10,0
Total PF	11,9	10,8	9,8	9,7	9,4
Total PJ	8,1	7,4	7,8	8,2	7,7

Fonte: RPM do 3T26/BCB.

Quadro 14: Inadimplência da Carteira de Crédito Total
Exercício sem efeitos da Res. 4966/2021



Fonte: RPM do 3T26/BCB. Elaboração Febraban



MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2026				2027			
	25/09/2026	18/09/2026	28/08/2026	Viés	25/09/2026	18/09/2026	28/08/2026	Viés
IPCA (%)	4,99	4,92	5,01	▲	4,31	4,30	4,28	▲
PIB (% de crescimento)	1,86	1,88	1,92	▼	1,41	1,43	1,50	▼
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	13,50	13,50	13,75	↔	12,00	12,00	12,00	↔
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,20	5,20	5,20	↔	5,28	5,28	5,30	↔

Fonte: Banco Central do Brasil.

Indicadores do Mercado	25/09/26	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
NACIONAL					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,18	0,76%	-0,08%	-5,37%	-3,41%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	126,71	13,39%	3,63%	-8,51%	-8,05%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	13,65	0,00%	-1,02%	-8,35%	-8,37%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	13,61	0,03%	-0,83%	-1,43%	-5,22%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	13,96	-0,86%	-3,99%	3,57%	4,15%
Índice Ibovespa (em pontos)	183.476,86	-0,95%	3,41%	13,87%	26,27%
IFNC (setor financeiro)	19.593,21	-0,52%	7,12%	13,28%	23,39%
INTERNACIONAL					
Fed Funds (% a.a.)	4,00	0,00%	6,67%	6,67%	-5,88%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	4,85	2,28%	11,75%	40,69%	32,73%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	5,16	3,29%	8,64%	25,19%	23,76%
Dollar Index	100,97	0,75%	1,55%	2,78%	2,45%
Índice S&P 500 (em pontos)	7.743,41	1,21%	0,75%	12,28%	17,24%
Índice de Ações - Maiores Bancos EUA	175,57	-1,80%	-5,31%	6,05%	14,74%
Índice de Ações - Bancos Regionais EUA	138,61	-1,08%	-2,45%	10,66%	12,92%
Índice Euro Stoxx 50	6.302,82	1,07%	-1,83%	8,74%	15,76%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	316,36	0,93%	0,09%	19,93%	36,47%
Barril de Petróleo - tipo Brent (US\$)	104,32	0,43%	15,28%	68,48%	50,27%

Fonte: Bloomberg.

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
Jayme Alves
Luiz Fernando Castelli
João Vítor Siqueira
Marcos Duarte
Jéssica Silva Martins